



Câmara Municipal de Porto Alegre

MINUTA DE PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO

Altera a lei 14.150, de 27 de dezembro de 2024, que dispõe sobre a política municipal de compartilhamento de informações em prontuários médicos de saúde e em sistemas de gerenciamento de internações em instituições de saúde em porto alegre que dispõe sobre o prazo de entrega do prontuário médico aos pacientes que solicitarem na rede municipal de saúde.

Art. 1º: Fica criado o art. 1-A na Lei 14.150, de 27 de dezembro de 2024, conforme segue:

...

1º - A: Fica estabelecida a obrigatoriedade da entrega do prontuário em 24 (vinte e quatro) horas, nas unidades da rede municipal de saúde de Porto Alegre, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI).

§ 1º: A solicitação do prontuário médico poderá ser feita de forma presencial ou por meio eletrônico, mediante identificação do solicitante e comprovação do vínculo com o paciente, quando for o caso, conforme os princípios de transparência e acesso à informação previstos na LAI.

§ 2º: O prontuário médico deverá ser fornecido de maneira integral, incluindo exames, laudos, prescrições e demais registros clínicos pertinentes ao atendimento do paciente na rede municipal de saúde, garantindo o direito fundamental de acesso à informação previsto na Constituição Federal.

Art. 2º: Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Exposição de Motivos

Inicialmente, insta ressaltar o ponto de vista jurídico do presente projeto de lei, vejamos:

O Conselho Federal de Medicina define o prontuário Médico, na Resolução 1638/2002: Art.1º -“Prontuário médico é documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e a assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo”

Ademais, constata-se que este PL encontra fundamento na LGPD, nos termos seguintes:

LEI Nº 13.709, DE 14 DE AGOSTO DE 2018 Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGDP). (Redação dada pela Lei nº 13.853, de 2019)

DOS DIREITOS DO TITULAR

Art. 17. Toda pessoa natural tem assegurada a titularidade de seus dados pessoais e garantidos os direitos fundamentais de liberdade, de intimidade e de privacidade, nos termos desta Lei.

Art. 18. O titular dos dados pessoais tem direito a obter do controlador, em relação aos dados do titular por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

II - acesso aos dados;

Ressalta-se que o Código de Ética Médica, nos termos infra, estabelece que o prontuário está sob a guarda do médico ou da instituição que assiste o paciente, bem como, normatiza que é vedado ao médico negar ao paciente ou, na sua impossibilidade, a seu representante legal, acesso a seu prontuário, deixar de fornecer cópia quando solicitada:

CÓDIGO DE ÉTICA MÉDICA

Resolução CFM nº 2.217, de 27 de setembro de 2018, modificada pelas Resoluções CFM nº 2.222/2018 e 2.226/2019

Art. 87. Deixar de elaborar prontuário legível para cada paciente.

§ 1º **O prontuário deve conter os dados clínicos necessários para a boa condução do caso, sendo preenchido, em cada avaliação, em ordem cronológica com data, hora, assinatura e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina.**

§ 2º **O prontuário estará sob a guarda do médico ou da instituição que assiste o paciente.**

Capítulo X

DOCUMENTOS MÉDICOS

É vedado ao médico:

Art. 88. **Negar ao paciente ou, na sua impossibilidade, a seu representante legal, acesso a seu prontuário, deixar de lhe fornecer cópia quando solicitada, bem como deixar de lhe dar explicações necessárias à sua compreensão, salvo quando ocasionarem riscos ao próprio paciente ou a terceiros.**

Eis a breve fundamentação jurídica.

Do ponto de vista político/social, o presente projeto de lei visa garantir o direito fundamental dos pacientes ao acesso célere e desburocratizado às informações contidas em seus prontuários médicos na rede municipal de saúde de Porto Alegre. A iniciativa se fundamenta na Constituição Federal, que assegura o direito à informação e a transparência na administração pública, bem como na Lei de Acesso à Informação (Lei Federal nº 12.527/2011), que disciplina o acesso a dados de interesse pessoal dos cidadãos.

Atualmente, muitos pacientes enfrentam dificuldades para obter seus prontuários médicos, o que pode comprometer a continuidade dos tratamentos, a obtenção de benefícios previdenciários, a realização de perícias médicas e o exercício de seus direitos fundamentais.

Outrossim, a presente lei, se aprovada, atende ao princípio da dignidade humana vez que, por vezes, o paciente é atendido de maneira inadequada, em breves minutos, ou seja, uma consulta realizada de maneira indigna, que não condiz com os princípios médicos, claro, sabemos que este tipo de consulta é a exceção, mas precisa ser fiscalizada, e o primeiro fiscalizador é o próprio paciente.

A exigência do fornecimento do prontuário no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas busca eliminar barreiras burocráticas e garantir mais agilidade no atendimento das demandas da população. Além disso, a medida fortalece os princípios da eficiência e transparência na gestão pública, assegurando que as unidades de saúde municipais adotem procedimentos ágeis e eficazes no atendimento ao cidadão.

A implementação desta norma trará benefícios diretos aos pacientes e promoverá maior confiabilidade nos serviços de saúde oferecidos pelo município.

Diante do exposto, solicitamos o apoio dos nobres pares desta Casa Legislativa para a aprovação deste projeto, visando assegurar o respeito aos direitos dos cidadãos e a melhoria contínua dos serviços públicos de saúde em Porto Alegre.

Sala de Sessões, 07 de março de 2025

Gilvani, o Gringo

Vereador



Documento assinado eletronicamente por **Gilvani Dalloglio, Vereador (a)**, em 07/03/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no Art. 10, § 2º da Medida Provisória nº 2200-2/2001 e nas Resoluções de Mesa nºs 491/15, 495/15 e 504/15 da Câmara Municipal de Porto Alegre.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.camarapoa.rs.gov.br>, informando o código verificador **0866493** e o código CRC **857C73F6**.